

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

BRUNA SCHWEITZER DELDUQUE MELO

**O ADOLESCENTE E A EVASÃO DOS PROJETOS SOCIAIS:
CONTEXTUALIZANDO A REALIDADE A PARTIR DO ESTUDO REALIZADO
COM OS EGRESSOS DA CASA DA CRIANÇA DO MORRO DA
PENITENCIÁRIA**

**Florianópolis
2009/2**

BRUNA SCHWEITZER DELDUQUE MELO

**O ADOLESCENTE E A EVASÃO DOS PROJETOS SOCIAIS:
CONTEXTUALIZANDO A REALIDADE A PARTIR DO ESTUDO REALIZADO
COM OS EGRESSOS DA CASA DA CRIANÇA DO MORRO DA
PENITENCIÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social do Centro Sócio Econômico da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Prof^a. Maria Doleres Thiesen

**Florianópolis
2009/2**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me confortou e me deu forças para prosseguir nesta caminhada acadêmica. Também a minha família, pelo apoio emocional, meu pai (Libório), meus irmãos (Juliano e Rodrigo) e, principalmente, minha mãe, Fátima das Graças França, que foi a grande idealizadora do sonho universitário, te amo muito mãe.

Aos amigos que me ajudaram e alegraram-me em meio ao estresse da academia: Raquel, Jordana, Marília, Fernanda (e sua linda filha, Sofia, que inspira qualquer um), Barbara (Babi), Denise, Amanda, Cla (PPGEA), à todas as minhas colegas de turma de 2005/2, as quais jamais sairão da minha lembrança. E aquelas que encontrei pelo caminho, principalmente da turma de 2006/1, obrigada por tudo!

Minha orientadora, professora Maria Dolores Thiesen, obrigada pela paciência e disposição durante todo o semestre.

A Prof^a. Marli Palma, por aceitar o convite de participar da minha banca, sinto-me muito honrada por isto.

Aos professores do Departamento de Serviço Social, em especial, a Prof^a. Izabel, que contagiava a todos com sua alegria e disposição.

Minha supervisora de estágio, Veronice Sutilli, que contribuiu muito em minha formação profissional (e humana).

Aos servidores da UFSC, em especial, o secretário da Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Maurício Pereira Paiva, que me alegrou as tardes durante os dois anos em que trabalhei ao seu lado.

Um agradecimento muito especial a pessoa que esteve ao meu lado em todos os momentos de insegurança, tristeza, frustração, enfim, todos os momentos difíceis desta jornada: meu amado marido, Ângelo. A ele dedico este trabalho pois devo a ele sua concretização. Te amo muito.

A criança e o adolescente gozam de todos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que se trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, toda as oportunidades e facilidades, afim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

**Estatuto da Criança e do Adolescente
Art.3**

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso relata as motivações que resultaram na desistência de alguns adolescentes do projeto Casa da Criança do Morro da Penitenciária no ano de 2008, e também faz um comentário a respeito da evasão escolar. O Trabalho perpassa a política de proteção a infanto-adolescência no Brasil, bem como sua aplicabilidade na realidade de crianças e adolescentes, apontando alguns indicadores sociais. Relata também sobre a precarização das políticas públicas brasileiras e como reflexo disso o empoderamento da sociedade civil na resolução dos problemas sociais, e o fortalecimento das Organizações Não-Governamentais diante desta realidade de políticas insuficientes.

Palavras-chave: Adolescentes, evasão, políticas públicas, ONG.

LISTA DE SIGLAS

ASPT – Ação Social da Paróquia da Trindade

CF – Constituição Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSC – Organização da Sociedade Civil

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição percentual da população por grupo de idade.....18

Gráfico 2: Distribuição percentual da população total e das crianças e adolescentes, por grupo de idade, segundo as classes de rendimento mensal per capita.....18

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>9</u>
<u>1 OS DIREITOS A PARTIR DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OS PROJETOS SOCIAIS.....</u>	<u>12</u>
<u>1.1 Política de atenção à criança e ao adolescente no Brasil</u>	<u>12</u>
<u>1.2 Políticas públicas e indicadores sociais de crianças e adolescentes no Brasil.....</u>	<u>18</u>
<u>1.3 Políticas públicas x ONG's: a realidade frente a proposta neoliberal</u>	<u>26</u>
<u>1.4 Crianças e adolescentes: os motivos de evasão escolar como subsídio aos motivos de evasão dos projetos sociais.....</u>	<u>33</u>
<u>2 O ADOLESCENTE E A EVASÃO DOS PROJETOS SOCIAIS: CONTEXTUALIZANDO A REALIDADE.....</u>	<u>36</u>
<u>2.1 Casa da Criança: Histórico e características</u>	<u>36</u>
<u>2.1.1 O Serviço Social na instituição</u>	<u>40</u>
<u>2.2 Metodologia da pesquisa</u>	<u>42</u>
<u>2.2.1 Pesquisa para identificar os motivos de evasão dos adolescentes</u>	<u>45</u>
<u>2.3 Algumas considerações a respeito da pesquisa</u>	<u>51</u>
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>60</u>
<u>REFERÊNCIAS.....</u>	<u>63</u>

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca identificar as causas da evasão de adolescentes da Organização Não-governamental Casa da Criança do Morro da Penitenciária no ano de 2008.

O interesse pela pesquisa se deu em virtude da realização dos Estágios Curriculares Obrigatórios I e II na referida instituição, no período compreendido entre maio a dezembro de 2009.

A instituição Casa da Criança é fruto de uma organização popular da comunidade do Morro da Penitenciária, foi fundada em 14 de março de 1988. Tem como missão intervir na realidade social, buscando a inclusão e conscientização dos direitos básicos das crianças e adolescentes residentes na área de atuação da instituição. Ela tem como objetivo oportunizar a formação da personalidade das crianças e adolescentes, oferecendo situações de aprendizagem que destaquem os valores éticos e sociais.

A demanda da instituição consiste em 120 crianças e 20 adolescentes de 6 a 17 anos de idade que possuem atendimento sócio-educativo, em período alternado a escola regular com atividades de Arte, Educação, Esporte e Lazer, Inclusão Digital, Atendimento Odontológico, Médico Emergencial, atendimento do Serviço Social e alimentação.

Um levantamento realizado no início do estágio apontou que a evasão de adolescentes era muito superior em relação à de crianças. Diante destes dados, surgiu a idéia de realizar a pesquisa a que se propõe o presente trabalho. Realizou-se uma pesquisa com ex-participantes da instituição, um total de oito adolescentes (cinco do sexo feminino e três do sexo masculino).

O presente trabalho oferece contribuições para a instituição, pois apontará as possíveis causas da desistência de adolescentes, e também para a área de conhecimento do Serviço Social, já que faz uma caracterização das políticas sociais para a área da infância além de abordar o terceiro setor, um espaço que os assistentes sociais vêm ocupando cada vez mais.

Na formulação do presente documento, utilizou-se de pesquisa bibliográfica (consultas à produções teóricas e diversos endereços eletrônicos relacionados a crianças e adolescentes, políticas públicas e terceiro setor) e pesquisa empírica e qualitativa, com a aplicação de questionários abertos direcionados aos adolescentes que saíram da instituição no ano de 2008.

Os principais autores que deram suporte teórico na elaboração do trabalho foram: Antônio Chaves, Josiane Rose Petry Veronese, Tânia da Silva Pereira, Daniele Comin Martins, Sônia Gomes Sousa, Wanderlino Nogueira Neto, entre outros. Os autores referidos tratam de temas de direitos da criança e do adolescentes e políticas sociais no Brasil.

O trabalho está dividido em dois capítulos. O primeiro refere-se a política de proteção à infante-adolescência, mais pontualmente das características e direitos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Também apresenta um paralelo ente a política pública e sua efetivação, aponta alguns indicadores sociais que dão respaldo a esta reflexão e ainda aborda o empoderamento da sociedade civil na busca pela efetivação dos direitos da infante-adolescência, e o surgimento das ONG's como instrumento de garantias destes direitos. Também realiza um comentário sobre a evasão escolar (um subsídio na identificação das causas da evasão de projetos sociais).

O segundo capítulo contém a pesquisa realizada com os adolescentes desistentes da instituição, abordam-se algumas considerações a respeito das respostas dos participantes.

Por fim, apresentam-se as considerações finais a despeito do trabalho e especificamente da pesquisa realizada (relata algumas sugestões à instituição).

1 Os direitos a partir do estatuto da criança e do adolescente e os projetos sociais

1.1 Política de atenção à criança e ao adolescente no Brasil

O assunto em questão será abordado com centralidade a partir da Constituição Federal de 1988, que fundamenta em seu Artigo 227 a proteção integral à criança e ao adolescente. O referido artigo transcorre sobre a priorização da criança e do adolescente na sociedade, diz que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, como absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação,

exploração, violência, crueldade e opressão (CF 1988, Art. 227).

Esta nova política efetivou-se somente com a promulgação da Lei 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

O ECA apresenta-se como resultado das lutas pela democracia e cidadania que orientavam os movimentos sociais na década de oitenta - na pós-ditadura. O movimento de democratização ocorrido neste período teve por fundamento a ampliação do conceito de cidadania. A sociedade brasileira movimentou-se em busca dos direitos sociais *“[...] onde se têm, como cenário, novos canais de participação da sociedade; uma nova Constituição, estabelecendo um novo papel interventor do Estado para com o campo das políticas sociais [...]”* (COUTO, 2004:139).

Em meio a este movimento, a sociedade também exigiu melhoras no campo dos direitos da criança e do adolescente, que não sofria modificações desde o “Código de Menores”, que datava do ano de 1979 e sua política de atenção restringia-se ao menor de idade em situação “irregular”. O referido Código, segundo Silva (2005:32), representava os ideais do governo militar, visava apenas a “solução de conflitos. Era fato que seu conteúdo precisava ser ajustado de maneira a atender as reivindicações inerentes à época. Silva ainda afirma que

“[...] no campo da infância ocorreu uma ampla mobilização nacional, com repercussão internacional, que visava à defesa dos direitos de crianças e adolescentes e lutava por mudanças no Código de Menores [...]” (2005:32)”

Destaca-se como incentivador da criação do ECA o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, fundado em 1985, segundo Sousa, esse movimento propôs uma série de ações e provocou a “*discussão sobre o significado e a vida da infância pauperizada em nosso país*” (1996:41). No entanto a propulsão maior para a criação do ECA ocorreu após a convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) de 20 de novembro de 1989, que teve por tema os Direitos da Criança. Esta convenção colocou a proteção integral como o aspecto básico da política de proteção à criança e ao adolescente, que é definida por Chaves como

[...] amparo completo, não só da criança e do adolescente, sob o ponto de vista material e espiritual, como também a sua salvaguarda desde o momento da concepção, zelando pela assistência à saúde e bem-estar da gestante e da família [...] (1997:51).

A referida convenção veio ser ratificada pelo Brasil através do Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990 – passa a ser lei interna (PEREIRA, 1996:25).

As reivindicações de diversos segmentos sociais vinculados as lutas internacionais que buscavam a integralidade dos direitos da criança foram o pano de fundo para a criação do ECA, sua elaboração durou dezoito meses e embasada no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e atendendo aos princípios da Convenção da ONU, a Lei que dispõe sobre o ECA foi aprovada pelo Congresso Nacional em 13 de julho de 1990 e entrou em vigor em 12 de outubro de 1990, e passou a considerar crianças e adolescentes como “sujeitos de direitos”, não mais como “objetos passivos” (PEREIRA,1996:28) e sob a primazia de que os direitos inerentes a todas as crianças e adolescentes possuem características específicas devido à condição de pessoas em

desenvolvimento, e ainda, que a política de proteção deve agir de forma integrada entre a família, a sociedade e o Estado (PEREIRA apud MARTINS, 2003:48). O ECA é um marco político na história do direito infanto-adolescente brasileiro e representa “[...] *um gesto político de reconciliação legal do país com a sua infância e também constitui o reconhecimento do direito das crianças à cidadania [...]*” (SOUSA, 1996:42).

O ECA é estruturado em duas partes, chamadas Livro I e Livro II. O Livro I afirma os direitos da criança e do adolescente a vida, saúde, liberdade, respeito e dignidade, família e comunidade, educação, cultura, esporte e lazer, profissionalização e proteção no trabalho e prevenção. O Livro II descreve os critérios para uma política de direitos na realização das políticas sociais básicas, sobre a política de atendimento, as medidas de proteção, a prática do ato infracional, medidas pertinentes aos pais ou responsáveis, conselho tutelar, acesso à justiça e dos crimes e infrações administrativas.

Pode-se dizer que o ECA foi e é revolucionário em seu conteúdo e dispõe da política de proteção à criança e ao adolescente mais avançada do mundo (CHAVES, 1997:847).

Alguns aspectos centrais caracterizam o ECA como uma grande revolução na política infanto-adolescente: proteção integral e sem distinção de classe social, proteção à criança em formação intra-uterina bem como à gestante e ainda a priorização da convivência familiar. E há que se citar que, seguindo a legislação anterior, o adolescente infrator era internado em instituições carcerárias, onde permanecia ocioso, como por exemplo, as FEBEM's, e sem direito de defesa. A nova legislação instituiu a socialização, educação e profissionalização nas instituições para menores de idade

infratores, além do direito de defesa e o amparo por uma específica Justiça da Criança e do Adolescente (CHAVES, 1997:848).

Para a materialização dos princípios de “prioridade absoluta” e “proteção integral”, o ECA providencia um Sistema de Garantias de Direitos que se apóia em três eixos: promoção de direitos, defesa e controle social. A promoção de direitos refere-se a formulação de políticas públicas que garantam o atendimento a necessidades básicas e que universalizem o acesso aos direitos. A defesa refere-se aos instrumentos de proteção dos direitos, na falta desses, o Estado, a Sociedade e a Família são responsabilizados, esse eixo assegura a exigibilidade dos direitos. O controle social refere-se a fiscalização de toda a sociedade do cumprimento dos preceitos legais. Este eixo é mais uma característica inovadora do ECA: a convocação da sociedade no auxílio à proteção. A sociedade passa a ter o dever de denunciar quaisquer tentativas de violação de direitos.

Os Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente e Tutelar foram criados especialmente para exercitar a participação popular, bem como para garantir a proteção à infância e adolescência, e funcionam em nível municipal. Cabe aos Conselhos de Direitos participar na formulação de políticas públicas (e acompanhar sua execução) e denunciar as omissões e transgressões decorrentes da não aplicação do ECA, os Conselhos de Direitos colocam-se, portanto,

[...] como canais de participação, possuem paritariamente representantes das instâncias governamentais e das organizações representativas da sociedade, constituindo dessa forma um eixo imprescindível no processo de democratização do poder, de uma efetiva e consciente participação (VERONESE,1997:47).

E aos Conselhos Tutelares cabe o zelo pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente (Silva, 2005:43).

O ECA também imprimiu novas atribuições ao Ministério Público, ou melhor, uma ampliação de atribuições na área da infanto-adolescência; sendo seu papel principal

[...] zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, cabendo-lhe a adoção das principais providências destinadas a assegurar, na prática, os direitos consagrados constitucionalmente e pormenorizados pelo legislador estatutário (Extraído de www.mp.rj.gov.br).

Essa nova modalidade inseriu um caráter democrático na nova política, o que é definido por Veronese como *“uma estrutura de gestão absolutamente distinta da anterior, baseando-se na conjunção de forças e de compromissos entre o Estado e a Sociedade Civil”* (1997:47).

O ECA também instaura o princípio de descentralização/municipalização, ou seja, definiu que o lugar privilegiado dos programas a serem executados junto a crianças e adolescentes é o Município, e isto para fins de democratização das atividades, visando a participação da sociedade civil através dos Conselhos e Fóruns (VERONESE, 1997:46).

Uma característica do Estatuto que deve ser lembrada é a primazia pelas medidas de caráter preventivo, o que inexistia no antigo código, que continha somente ações de caráter compensatório, este fator pode ser considerado um dos maiores avanços da nova política, pois esta mudança *“positivou uma política funcional voltada a proteção de todos os direitos,*

baseada em mecanismos não mais repressores, mas pedagógicos, e de respeito à condição peculiar de desenvolvimento” (MARTINS, 2003:52).

O ECA notoriamente superou a doutrina da “situação irregular” do antigo Código de Menores e significou uma revolução na adoção da doutrina da proteção integral, do princípio de “criança e adolescente como absoluta prioridade”. O ECA veio instaurar uma nova forma de ver a infanto-adolescência,

(...) suscitando, no seu conjunto de medidas, uma nova postura a ser tomada tanto pela família, pela escola, pelas entidades de atendimento, pela sociedade e pelo Estado, objetivando resguardar os direitos das crianças e adolescentes, zelando para que não sejam sequer ameaçadas (VERONESE, 1997:12).

Diante dos fatos e dados apontados, cabe refletir sobre a efetivação desse Sistema de Garantias de Direitos na realidade de crianças e adolescentes no Brasil, a isso se propõe o próximo item.

1.2 Políticas públicas e indicadores sociais de crianças e adolescentes no Brasil

Como citado anteriormente, o Brasil possui umas das mais revolucionárias políticas de atenção à criança e ao adolescente. No entanto é possível afirmar que sua aplicabilidade tem sido efetiva? Ou melhor, os direitos alcançados no ECA são recorrentes na realidade das crianças e adolescentes no Brasil?

Para refletir sobre esta questão, é preciso ter um panorama básico da realidade brasileira e das expressões da questão social que influem nesta realidade (das crianças e adolescentes).

Nas últimas décadas vem sendo implantada no Brasil a orientação neoliberal. Esta orientação pode ser resumida como a regulação social por meio do mercado, e neste sistema as políticas públicas são voltadas principalmente à regulação da economia (YAZBEK, 2004:36). Este sistema vem atuando de forma a privatizar as políticas sociais, mercantilizando o atendimento a necessidades básicas, como saúde, educação, segurança etc. (IAMAMOTO, 2004:25), essa mercantilização dificulta ainda mais o acesso das camadas mais empobrecidas aos serviços básicos necessários à vida. Esta parcela da população fica a mercê do que o Estado lhes oferece, e o que é oferecido é entregue como um “favor” aos cidadãos. Yazbek ressalta:

É importante lembrar que o renascimento de ideais liberais vai se confrontar com práticas igualitárias [...] transformando direitos em ajuda, em favor. Nesta lógica, além da redução de recursos para a área social, resultante dos ajustes estruturais, estamos de volta aos programas mais residuais, sem referência a direitos (2004:36).

As políticas sociais são instrumentos de regulação, no Brasil esses instrumentos estão nitidamente afetados pelo sistema neoliberal e assim não dão conta de atender a grande demanda, “[...] nem consumos coletivos nem direitos sociais, senão que assistência focalizada [...]” (SOARES, 2000:73).

Segundo Soares

A idéia é a de que os gastos e serviços sociais público/estatais passem a ser dirigidos exclusivamente aos pobres. Ou seja, somente àqueles comprovadamente pobres, via “testes de pobreza” [...] podem ter acesso aos serviços públicos (Destaque da autora, 2000:79).

Esta lógica excludente de verdadeira renúncia estatal impede o acesso aos serviços sociais de grande parte da população brasileira, e a essa cabe a

autopromoção, ou seja, órgãos da sociedade civil, e a própria família como agentes do bem-estar social (SOARES, 2000:79).

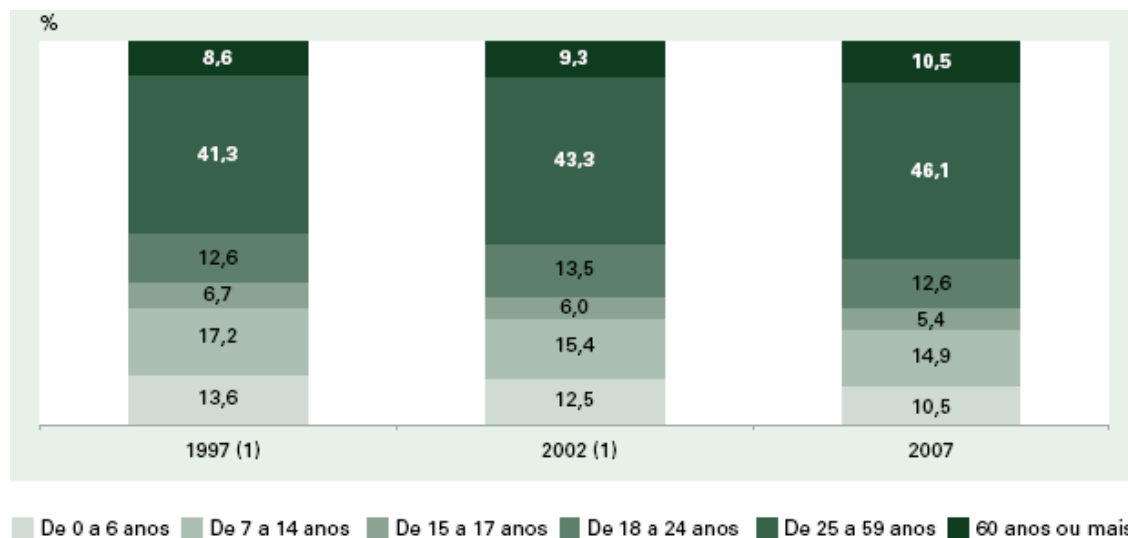
É importante lembrar que a questão social não surgiu com o neoliberalismo, mas é visto que a implementação do sistema agravou as múltiplas expressões da questão social o que tem contribuído para que a sociedade civil busque meio para amenizá-las. Para o Estado isto é positivo, pois cada vez mais as políticas públicas vêm sendo substituídas por ações solidárias da sociedade, e o ideal seria que a organização social atuasse de forma complementar ao Estado, e não substituindo-o (SOARES, 2000:80).

Se estas são as condições das políticas sociais brasileiras, é certo afirmar que as políticas voltadas para crianças e adolescentes não estão muito diferentes do quadro apontado. O Estatuto da Criança e do Adolescente tornou a política infanto-adolescente muito mais abrangente, e que extrapola o assistencialismo paliativo, mas segundo Cury *“é pertinente dizer que a política de atendimento prevê ações que, historicamente, nunca fizeram parte dos programas dinamizados pelas políticas públicas brasileiras (apud MARTINS, 2003:54)”*.

Pode-se observar um caráter contraditório. As políticas públicas brasileiras, como já foi visto, possuem um modelo assistencialista, voltado àqueles em situação de grande vulnerabilidade social; mas a política de atenção a criança e ao adolescente tenta romper com este paradigma, e o ECA é expressão disto, ou seja, uma política que tenta romper com a atual conjuntura. Esta reflexão leva a uma questão pertinente: será que a política voltada a infanto-adolescência tem sido aplicada com eficácia em meio a uma conjuntura de assistência focalizada?

Como base nesta reflexão, alguns indicadores sociais serão apontados para o conhecimento da realidade socioeconômica das crianças e adolescentes brasileiros, esses indicadores visam subsidiar as políticas públicas voltadas para estes segmentos populacionais.

Primeiramente, é importante verificar a redução gradativa da população infanto-juvenil, este fenômeno se desenvolve decorrente de dois fatores: queda de fecundidade e o aumento da expectativa de vida, como mostra o gráfico abaixo.



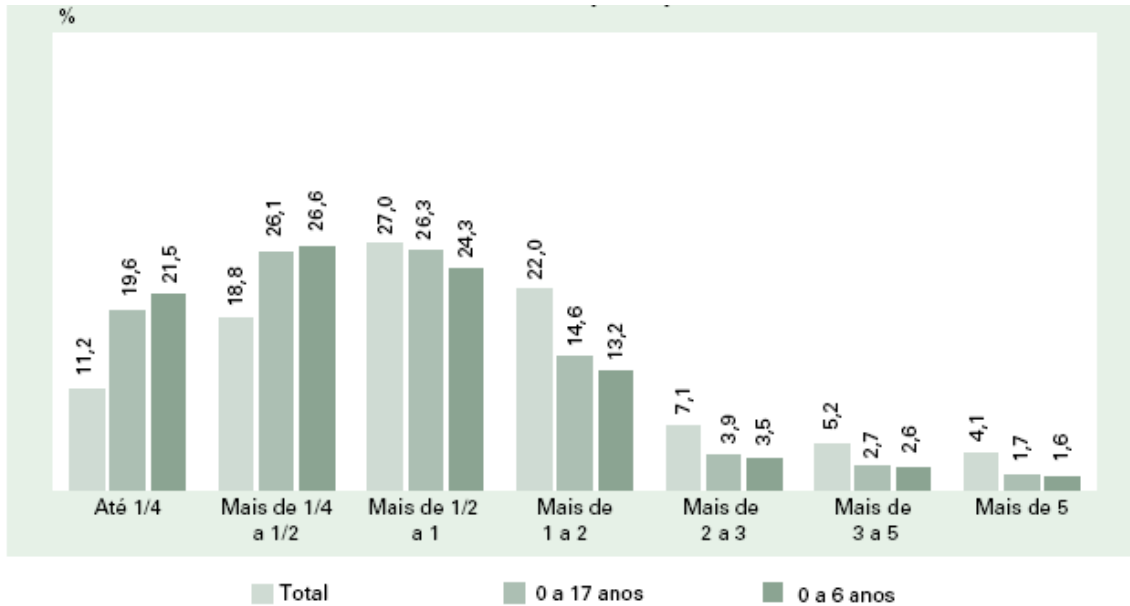
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

(1) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Gráfico 1: Distribuição Percentual da População por grupo de idade

Segundo dados do IBGE, em 1997 metade da população era composta de crianças, adolescentes e jovens, o que corresponde a 78,1 milhões de pessoas, em 2007 este grupo aumentou para 82,4 milhões, no entanto, seu peso relativo baixou para 43,4% em relação ao total da população.

O gráfico abaixo mostra a condição de pobreza que atinge grande parcela de crianças e adolescentes brasileiros.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Gráfico 2: Distribuição Percentual da População Total e das crianças e adolescentes, por grupo de idade, segundo as classes de rendimento mensal per capita

Na análise feita pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), considera-se como pobre as pessoas que vivem com rendimento mensal familiar de até meio salário mínimo *per capita*. Em 2007 a PNAD revelou nas pesquisas que 30% dos brasileiros viviam com este patamar de rendimento. No caso das crianças e dos adolescentes as proporções eram bem mais altas, 46%.

Os dados indicam as proporções da pobreza entre crianças e adolescentes, pobreza providenciada pelas grandes desigualdades sociais existentes no Brasil, fortalecidas pelo sistema capitalista vigente no país.

Na educação, dados do IBGE (2007) apontam que houve uma significativa melhoria na taxa de matrícula, chegando a 97% das crianças de 7 a 14 anos matriculadas na escola. Isto significa que a educação está quase universalizada, porém, este alto índice não se traduz em qualidade. Desta população (que freqüenta a escola regularmente), cerca de 5% não sabem ler

e escrever (este índice é contabilizado entre todas as classes, desde as iniciais até as últimas séries do ensino fundamental). Percebe-se que têm se investido na universalização da educação, mas da qualidade do ensino não se pode dizer o mesmo.

Dando seqüência, alguns indicadores do último censo (ano 2000) serão apontados (Extraídos de www.dhnet.org.br).

Existem aproximadamente, um milhão de crianças de 7 a 14 anos fora da escola; 1,9 milhão de jovens analfabetos; 2,9 milhões de crianças entre 5 e 14 anos trabalhando, das quais 220 mil como empregadas domésticas e 45.000 nos lixões. Os índices de mortalidade infantil ainda são altos: a média nacional é de 29,6 mortes a cada mil crianças.

Pelo que foi apresentado, verifica-se que os direitos sociais mais básicos da infanto-adolescência encontram-se em dificuldades para serem efetivados. Os dados apresentados ilustram a precariedade de vida de milhões de crianças e adolescentes que dependem das políticas públicas estatais.

O empobrecimento e o limitado acesso aos direitos sociais tornam esta população ainda mais suscetível às diversas expressões da questão social.

Os milhões de brasileiros que vivem nesta condição, poucas alternativas encontram para superar a pobreza, assim também é a realidade de muitos adolescentes no Brasil. Esta condição de pobreza, além de impedir o acesso a bens e serviços necessários a vida (exclusão social), impulsiona os jovens na escolha por caminhos marginalizantes, como afirma Cassab e Cassab

[...] há certa unanimidade em torno de que a questão central da juventude contemporânea está em um mundo que não lhes aponta com oportunidades de inserir-se na vida social [...] os provenientes dos setores populares, que encontram imensas

dificuldades na continuidade de seus estudos, de inserção mais qualificada no mercado de trabalho [...], encontra-se a alternativa da dependência química, do envolvimento no crime organizado, da gravidez precoce (2005:52).

A não inserção na vida social torna-se fator determinante para que os jovens escolham alternativas ilícitas, Assis (apud COSTA, 2005:76) identifica as circunstâncias sociais da vida dos jovens que cometem atos inflacionais: a desigualdade social e de oportunidades, a falta de expectativas sociais, a desestruturação das instituições públicas e as facilidades oriundas do crime organizado. É importante salientar que nem todos os adolescentes pauperizados marginalizam-se, uma parte resigna-se a condição pauperizada e segue sua trajetória de trabalhadores, mas os que não se resignam à condição de pobreza e frustram-se diante da realidade, comumente constroem uma carreira de delinqüência (SOUSA, 1996:42).

Diante do que foi visto, é fato concordar com Mito quando diz que um Estado que investe pouco em políticas públicas, terá de investir em políticas de remediação, o que compromete o futuro desta geração e das subseqüentes (2005:129).

Pode-se concluir que as leis brasileiras de proteção a infanto-adolescência são incomparáveis as que antes existiam, contemplam todos os direitos necessários a plena formação dos salvaguardados por elas, mas também é fato que as políticas públicas desenvolvidas de modo a objetivar essas leis não estão sendo efetivas. Como afirma Nogueira, no Brasil há toda uma produção legislativa

em favor do cidadão, [...] através da Constituição Federal, das Constituições Estaduais e das Leis Orgânicas Municipais, além de outras leis ordinárias como o Estatuto da Criança e do

Adolescente, mas o que falta, nesse complexo de leis, é fazer justamente o Estado funcionar (apud VERONESE, 1997:16).

Neto, em uma reflexão sobre o mesmo tema, concorda com a insuficiência nos esforços de efetivação das políticas públicas voltadas a esta parcela da população:

Quando se trata de enfrentar a problemática da violência, exploração discriminação e abandono da infância e da adolescência [...], uma dúvida em princípio vem à mente, diante do quadro geral de baixa efetivação da normativa legal e da insuficiente operacionalização das políticas e das ações públicas no Brasil: as crianças e os adolescentes estarão condenados a falsas alternativas? [...] (a solução) Terá que vir numa linha puramente assistencialista, desconsiderando a condição de cidadania dessa criança e desse adolescente?(2005:8).

Neto afirma a necessidade de uma nova prática política para efetivar estas leis, uma prática que seja pensada a partir da perspectiva dos interesses desses segmentos sociais (2005:9), ou seja, que os interesses das crianças e dos adolescentes sejam levados em conta na formulação e implementação das políticas públicas concernentes a eles.

Costa (2005:81), numa reflexão sobre as políticas públicas para a área da infância e juventude afirma que há a necessidade de ampliação das políticas públicas de caráter social, políticas que garantam às crianças e aos adolescentes a efetivação dos direitos previstos nas Constituição Federal e no ECA. Um Estado social forte, segundo a autora, seria a solução para reverter a trajetória da infância e da juventude no Brasil.

A insuficiência das políticas públicas brasileiras vêm corroborando para a ampliação de um fenômeno recorrente na atualidade: o empoderamento da sociedade civil na resolução dos problemas sociais. Neste contexto surgem

inúmeras instituições e organizações com a finalidade de suprir direitos sociais não efetivados pelo Estado. O próximo item abordará o tema em questão.

1.3 Políticas públicas x ONG's: a realidade frente a proposta neoliberal

Como foi visto anteriormente, a residualidade das políticas públicas brasileiras corroborou para que a sociedade assumisse um papel de autopromoção. Uma das expressões desse *empoderamento* da sociedade foi o surgimento das ONG's (Organizações Não-Governamentais).

Essas organizações são comumente chamadas de “terceiro setor”, pois não se inserem na esfera do Estado ou do mercado, e por isso criou-se esta denominação (VOIGT, 2001:71).

Considera-se terceiro setor o conjunto de instituições, ONG's, fundações, etc. que, desempenhando funções públicas, encontram-se fora do Estado, no espaço de interseção entre este e o mercado, porém sem declarar fins lucrativos. Trata-se de um espaço que [...] atende demandas específicas de segmentos sociais subalternizados e que surge como salvador da falência do Estado pela participação e responsabilização da sociedade (MONTANO apud SANTOS, 2002:126).

A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais tenta delimitar o terceiro setor através de uma classificação na qual estão inserida as Organizações da Sociedade Civil (OSC), as Associações, as Entidades Filantrópicas, as Fundações e as Organizações Não-Governamentais. As OSC's compreendem (entre outros) igrejas evangélicas, hospitais, universidades e colégios privados, realizam atividades de caráter social, mas muitas vezes visam o lucro; as Associações referem-se a grupos de pessoas que se unem em defesa de seus próprios interesses; as Entidades

Filantrópicas atuam junto a população mais empobrecida e suas ações possuem um caráter assistencialista; as Fundações são em sua grande maioria “empresas de grande porte” (CARRION, 2000:239). Entretanto esse tipo de divisão não é consenso entre os especialistas no assunto, a conceituação do terceiro setor está em processo de desenvolvimento por ser um tema relativamente novo; a bibliografia sobre o terceiro setor ainda é pequena, até mesmo no Serviço Social (SANTOS, 2002:130) dada a recente criação destas instituições e organizações, ou melhor, do recente fortalecimento na sociedade. Paz faz uma pequena descrição sobre o que é a atuação destas organizações chamadas ONG's:

As ONG's são organizações privadas em defesa do interesse público, particularmente dos interesses de ampla parcela dos setores privados de seus direitos. São atores sociais em processo de construção de uma identidade própria. Englobam instituições voltadas para projetos de desenvolvimento, de educação, direitos humanos, assessoria dos movimentos sociais, de formulação de políticas públicas alternativas, ambientalistas, pesquisa de informação entre outros (apud SANTOS, 2002:133).

Segundo Steil (2001:41), o surgimento das ONG's se deu no momento em que o Brasil enfrentava o período ditatorial, mais pontualmente na década de setenta. O desmantelamento dos movimentos da sociedade, (decorrente da ditadura) que lutavam por mudanças sociais, contribuiu para que camadas da sociedade ocupassem esse espaço. Esses grupos eram formados (em grande parte) por religiosos (daí a grande ocorrência de entidades religiosas até os dias de hoje). Essas parcelas que se uniram estão nas origens das ONG's brasileiras.

Após a ditadura, os governos federais subseqüentes perceberam o grande endividamento do Estado e buscaram aproximações com setores

qualificados e eficientes da sociedade. O processo de redemocratização foi acompanhado de um ajuste estrutural que previa transferir responsabilidades do Estado para a sociedade, e assim as ONG's seriam inseridas num projeto de políticas compensatórias. As ONG's foram vistas pelos governos como ágeis e eficazes, passíveis de dar legitimidade às políticas governamentais. Desta modalidade advém a célebre afirmação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que denominou estas organizações como *neogovernamentais*. Neste mesmo governo foi aprovada a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que qualifica as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e procura disciplinar as parcerias com recursos públicos (TEIXEIRA, 2002:107).

O número de ONG's aumenta consideravelmente nas décadas de oitenta e noventa e uma nova modalidade começa a ser instaurada. A implementação do sistema neoliberal levou o Estado a atuar mais fortemente no mercado, minimizando sua atuação nas políticas sociais, que, embora tivessem sido fortalecidas pela Constituição Federal de 1988, sofreram um grande retrocesso nesse processo. Este espaço que está sendo cada vez mais esvaziado pelo Estado, vem sendo preenchido por entidades sociais - ONG's, ou outras organizações do "terceiro setor" (SANTOS, 2002:126).

O Estado passa a transferir parte de suas responsabilidades e rendimentos a estas organizações, já que se transforma em um regulador de mercado (STEIL, 2001:47). Sendo assim, *"isto vai levar a uma arriscada onda de demandas às ONG's para que estas ocupem o lugar de agentes da regulação social, substituindo o Estado em seu papel"* (STEIL, 2001:49).

É importante salientar que essa nova modalidade foi expressão de um projeto de reforma do Estado que iniciou nos anos noventa. Neste processo desenrolou-se uma redefinição das funções do Estado, afim de reduzir seu contingente através de três programas: privatização, terceirização e “publicização”. *“A privatização é a transferência para o mercado de setores de produção de bens e serviços, enquanto a terceirização implica contratação de empresas terceirizadas [...], Mas a espinha dorsal desse projeto é a publicização”* (TEIXEIRA, 2002:123), que significa, em outras palavras, organizações não-estatais assumindo funções de prestação de serviços (BRESSER apud TEIXEIRA, 2002:123).

Pelo que foi descrito, observa-se que as ONG's atuam em parceria com o Estado em um processo dual, esta relação é importante na medida em que estas entidades estão, cada vez mais, envolvidas na formulação de políticas públicas; ao passo que assumem responsabilidades sociais que o Estado está abandonando (TEIXEIRA, 2002:109). ONG's são socialmente vistas como organismos importantes que buscam a efetivação de muitos direitos sociais, mas também como organismos facilitadores da retração Estatal. O Estado Brasileiro nunca foi verdadeiramente efetivo no que se refere a políticas sociais, nunca possuiu um modelo de Bem-estar social (TAVARES, 2000:35), mas o que se vê atualmente é um retrocesso na atuação Estatal, e a sociedade civil, através das organizações, está tomando posse deste campo de atuação. Há que se considerar que é impossível saber como estariam os serviços sociais hoje se não fosse a atuação do terceiro setor; cabe refletir: será que o Estado se faria presente realmente? Ou será que seria igualmente mínimo? E

se o Estado fosse mínimo e estas organizações não existissem para garantir serviços sociais?

Segundo Teixeira (2002:124), a atuação bem-sucedida dessas organizações, especialmente em atividades que eram feitas pelo Estado, pode ser vista pela opinião pública como uma comprovação de que o Estado realmente pode deixar para a sociedade a resolução dos problemas sociais, confirmando, assim, o discurso neoliberal de que o Estado deve desresponsabilizar-se dessas atividades.

É importante ressaltar o outro aspecto desta dualidade citada anteriormente. O fato é que estas organizações são de interesse público pois muitos direitos dos cidadãos brasileiros são efetivados através de sua atuação junto à sociedade. Lee afirma que estas organizações *“tem por objetivo a prestação de serviços ao público (saúde, educação, cultura, direitos civis, proteção do meio ambiente, desenvolvimento do ser humano, etc.”* (apud CARRION, 2000:238). Salamon coloca que estas organizações ainda colaboram na prestação de serviços, defesa de direitos, desenvolvimento econômico local e inúmeros outros objetivos na sociedade (apud CARRION, 2000: 238). Outros atributos ainda são destacados por Fernandes (apud CARRION, 2000:238): luta contra a desigualdade social, a pobreza e preocupação com a promoção da cidadania e do interesse coletivo.

Segundo Carrion, dentre todas as organizações que fazem parte do “terceiro setor”,

as ONG's parecem ser aquelas cujas ações mais se aproximam do trabalho capaz de contribuir para o desenvolvimento da cidadania [...] pioneiramente passaram a realizar atividades constitucionalmente atribuídas ao Estado, tais como a defesa dos direitos humanos, elas

corresponderiam ao “segmento mais politizado” do terceiro setor no Brasil (Destaque da autora, 2000:239).

Teixeira aponta outro atributo relativo a atuação das ONG’s na sociedade: elas possuem maiores condições de compreender os problemas e tentar propor soluções da população usuária (2002:130). Em geral essas organizações estão dentro das comunidades e por isso conhecem bem as características e demandas do público alvo. Característica comumente encontrada nas ONG’s que atuam na efetivação de direitos da criança e do adolescente (como o caso da Casa da Criança do Morro da Penitenciária), estas organizações aproximam-se do público e assim tornam-se mais efetivas no cumprimento de suas metas.

Diversos autores que discorrem sobre o tema evidenciam o caráter socialmente necessário das ONG’s, no entanto ressaltam que estas devem atuar de forma complementar ao Estado, e não substituindo-o, do contrário se tem o risco da não criação de políticas sociais mais abrangentes:

Com índices acentuados de desigualdade social, o país precisaria de políticas públicas mais universais. Corremos o risco de ver o desmonte completo das políticas sociais regidas por princípios universais dos direitos da cidadania, e termos os princípios da justiça social trocados por princípios de caridade privada (TELLES apud TEIXEIRA, 2002:139)

No que se refere a atuação das ONG’s na sociedade, Teixeira coloca a importância da união entre as organizações e a população para combater o caráter paliativo das políticas públicas, *“Os interesses que atravessam Estado e sociedade civil podem se tornar mais explícitos e serem efetivamente negociados”* (TEIXEIRA, 2002:140). E também a articulação com outros

movimentos sociais e outras ONG's afim de criar estratégias de efetivação dos direitos sociais.

[...] quanto maior a horizontalidade nas relações entre governos e ONG's, quanto mais proximidade entre as organizações e seu público atingido, mais chegamos próximos de valores democráticos, que serão apreendidos, nos processos de confronto e construção de consensos, tanto pelos agentes governamentais quanto pela sociedade mais ampla (TEIXEIRA, 2002:140).

Conforme consta no texto acima, a sociedade vive esse reordenamento no qual as organizações da sociedade civil vêm atuando de modo a suprir necessidades sociais não supridas pelo aparato estatal. Essas organizações oferecem os mais diversificados serviços à população, serviços socialmente necessários.

Muitas desenvolvem projetos sociais voltados à criança e o adolescentes que habitam nas regiões mais empobrecidas das cidades.

Um exemplo entre estas é a Casa da Criança do Morro da Penitenciária, organização não-governamental que tem por objetivo potencializar o desenvolvimento de crianças e adolescentes da comunidade, desenvolve diversas atividades educativas, esportivas e recreativas que buscam a inserção social destas crianças e adolescentes.

Um trabalho que tem atuado na tentativa de melhoria de vidas das crianças e adolescentes da comunidade do Morro da Penitenciária – que carece de alguns bens e serviços. No entanto, mesmo dispondo todos esses recursos aos participantes, a instituição sofreu com a evasão de 45 crianças e adolescentes no ano de 2008 (sendo que 33 eram adolescentes).

A despeito disto fica a questão: por que a evasão nesses projetos sociais que atuam na efetivação dos direitos dos infanto-adolescentes que deles participam?

O próximo item apontará as causas da evasão escolar como um subsídio a esta questão.

1.4 Crianças e adolescentes: os motivos de evasão escolar como subsídio aos motivos de evasão dos projetos sociais

Segundo Queiroz, a evasão escolar ocorre por motivos externos e internos a escola.

A família é apontada pela autora como um dos determinantes externos, seja pelas condições de vida precárias desta, e/ou por esta não acompanhar o a criança em suas atividades escolares (s/d:3).

A desigualdade social é outro fator externo, segundo Arroyo, as camadas populares é que sofrem com o fracasso escolar

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar [...] (apud QUEIROZ, s/d:3)

A evasão desta classe se dá pelo menor rendimento destas crianças e adolescentes empobrecidos, que na maioria das vezes é resultado de má alimentação, e por isto estão mais propensos à evasão, por causa da dificuldade no aprendizado (QUEIROZ, s/d:3).

Como fator interno, Rosenthal e Jacobson colocam o professor, diz que este pode ser um reproduzidor do fracasso escolar, isto ocorre quando este cria

expectativas negativas em relação aos alunos, e estes, muitas vezes, comportam-se de acordo com o que o professor espera deles (apud QUEIROZ, s/d:5). Outro fator intra-escolar é a não valorização pela escola do universo cultural da criança (QUEIROZ, s/d:9).

Diante do que foi exposto, pode-se considerar alguns fatores apontados anteriormente como possíveis motivos de evasão de projetos sociais.

Um destes é a condição de vida precária das famílias atendidas por esses projetos; segundo Brandão, quanto maior a escolaridade da mãe, mais tempo a criança/adolescente permanece na escola (apud QUEIROZ, s/d:3). Isto significa que os pais que desfrutaram dos benefícios do ensino, principalmente em se tratando de vida profissional, percebem a necessidade dos estudos na obtenção de melhores campos de trabalho. No entanto, a família cujos responsáveis pelos infantes não estudaram, e não puderam desfrutar dos benefícios que o estudo acarreta, tem maior probabilidade de não incentivar os filhos na continuidade dos estudos. Esta mesma situação pode ocorrer em projetos sociais voltados a infanto-adolescência (que, inclusive, em sua grande maioria, atuam de forma a potencializar os estudos dos participantes, com atividades voltadas a este fim), os pais podem da mesma forma não incentivar os filhos nos projetos.

A falta de rendimento intelectual, que em grande maioria se dá pela má alimentação, também pode ser fator de desistência destes projetos. Pode-se dizer que praticamente todos os projetos que atuam com esta população (inseridos em comunidades empobrecidas) oferecem alimentação, no entanto, isto não significa que as crianças e adolescentes participantes dispõem de boa alimentação em suas casas. E a má alimentação é a principal causa de

problemas no rendimento intelectual nas escolas. Isto significa que essas crianças e adolescentes, assim como em suas escolas, podem ter um rendimento deficitário também nos projetos. E, segundo Queiroz (s/d:3), esta falta de rendimento impulsiona crianças e adolescentes a deixarem a escola.

Outro fator determinante da evasão escolar é o comportamento do educador. Este pode estigmatizar a população atendida, pode encará-la negativamente, e este estigma pode materializar-se nos alunos.

Este comportamento também é passível de ocorrer entre os educadores de projetos sociais. Como esses atuam em comunidades empobrecidas, e estas comunidades são socialmente vistas de maneira negativa (por fatores como a violência, tráfico de drogas, etc.), o educador não está livre de encará-las também assim, e desta forma reproduzir uma prática que influi na evasão.

Outro ponto colocado é a desvalorização da cultura do aluno. Esta prática pode ocorrer também nos projetos, se as atividades oferecidas não contemplarem as diferentes culturas dos participantes.

Por fim, pôde-se realizar um paralelo entre as causas da evasão escolar e apontar estas como possíveis motivos de evasão nos projetos sociais.

O próximo capítulo abordará a evasão especificamente da instituição Casa da Criança, e trará novos subsídios as causas de evasão dos projetos sociais.

2 O adolescente e a evasão dos projetos sociais: contextualizando a realidade

2.1 Casa da Criança: Histórico e características

A Casa da Criança do Morro da Penitenciária tem sua raiz em um movimento surgido na década de oitenta na comunidade do Morro da Penitenciária. No ano de 1986 é formada a Comissão Local de Meninos e Meninas de Rua em Florianópolis, este movimento tinha por objetivo atuar na transformação das determinações econômicas, político-sociais e histórico-culturais responsáveis pela situação da infância e adolescência no Brasil (GEREMIAS, 2000:18). Este movimento trouxe consigo a discussão sobre a realidade das crianças e adolescentes moradores do Morro da Penitenciária. Alguns acontecimentos impulsionaram estas discussões como o gasto de luz dos familiares com crianças que permaneciam em casa assistindo televisão e os que saíam às ruas para pedir esmolas (GEREMIAS, 2000:18).

Tendo conhecimento dos problemas enfrentados pelas crianças e adolescentes da comunidade, o Pároco da Santíssima Trindade, Frei Luís Witiuk, vai até a comunidade e esta expõe os problemas enfrentados e a idéia de criar um local para que estes pudessem desenvolver atividades diversas. No período de 1986 a 1987, inúmeras reuniões foram realizadas entre a Paróquia e a comunidade para elaborar um projeto e estudar meios de adquirir o material necessário à construção do prédio. O terreno, após muitas lutas dos moradores, foi cedido pelo Governo do Estado (GEREMIAS, 2000:19).

Em 14 de março de 1988 a Casa da Criança do Morro da Penitenciária é inaugurada com a finalidade de atender crianças e adolescentes em situação

de risco pessoal e social, um espaço alternativo onde os pais poderiam deixar seus filhos para trabalhar com tranqüilidade (PADUANI, 2000:43).

Ao longo dos anos a Casa da Criança sofreu alterações estruturais. De 1988 a 1990 a instituição era vinculada a Paróquia da Trindade, o Pároco deste momento apoiava integralmente os trabalhos realizados, permitiu que a ASPT (Ação Social da Paróquia da Trindade) mediasse convênio com órgãos públicos, os recursos financeiros eram adquiridos via convênios com a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) e Governo do Estado. Os fundamentos norteadores das atividades da Casa da Criança advinham da filosofia do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, pautado na reflexão das práticas (GEREMIAS, 2000:20).

De 1991 a 1996 o Frei Luís Witiuk é substituído por outro Pároco com características religiosas conservadoras e isso implicou em conflitos entre o mesmo e a comunidade do morro. Este propôs a vitaliciedade do cargo de Presidente da Casa da Criança pelo Pároco da Trindade. As lideranças do morro não aceitaram e isto resultou no afastamento da Casa da Criança da Paróquia em 1991. Este rompimento acarretou na suspensão da ajuda financeira. A administração tornou-se responsabilidade das lideranças do morro e estes buscaram novos convênios e parceiros. Este período foi de instabilidade financeira. Os princípios pedagógicos embasavam-se na qualificação profissional dos participantes (GEREMIAS, 2000:24).

Somente após o ano de 1997 a Casa da Criança adquire estabilidade financeira, através de convênios estabelecidos com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (via Secretaria da Educação), com a Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, Departamento Social e Fundo Municipal de

Assistência Social. Os educadores passaram a ser cedidos pela Secretaria da Educação. Cria-se um novo projeto pedagógico, que supera a compreensão de que as crianças e os adolescentes deveriam ser preparados para o mercado de trabalho, o novo projeto é pautado no esforço pelo desenvolvimento das potencialidade dos participantes e também na construção da cidadania coletiva e na consolidação da democracia. O lúdico toma lugar de destaque (GEREMIAS, 2000:26).

Este princípio norteador ainda é utilizado pela Casa da Criança. Atualmente a instituição atende 120 crianças e 20 adolescentes de seis a dezessete anos. Com projetos de Arte e Educação (apoio pedagógico, artesanato, culinária e horticultura), Esporte e Lazer (educação física, tênis, capoeira e dança), Prevenção e Saúde (atendimento odontológico e médico emergencial) e Inclusão Digital (alfabetização digital e cursos de informática básica), atendendo no período oposto ao da escola. É presidida pelo Frei Cácio Roberto Petekov, integrante da diretoria que administra a instituição, esta é formada ainda por um vice-presidente, um secretário, dois tesoureiros e um coordenador geral, esta diretoria é composta por voluntários eleitos trienalmente. O corpo técnico da instituição é formado por: um diretor/administrador, uma coordenadora geral, uma coordenadora pedagógica, uma assistente social, três estagiárias de Serviço Social, quatro educadoras, dois educadores de Educação Física, um professor de Capoeira, um educador de música, uma educadora de artes, um educador de dança, uma educadora de informática, uma educadora de teatro, uma bibliotecária, três estagiários de Odontologia, três estagiários de Italiano, um tesoureiro, um auxiliar administrativo; dois assistentes de serviços gerais e uma cozinheira. A

prefeitura municipal de Florianópolis contribui com 65% das verbas, o restante vem de outros convênios e parcerias.

O objetivo geral da instituição é potencializar o desenvolvimento de crianças e adolescentes, de 06 a 17 anos de idade, provenientes da comunidade do Morro da Penitenciária, assegurando o aprendizado sócio-educativo e cultural, tendo por missão intervir na realidade social, buscando a inclusão e conscientização dos direitos básicos das crianças e adolescentes residentes na área de atuação da instituição, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e democrática.

O público alvo dos projetos da Casa da Criança são as crianças e adolescentes moradores da comunidade do Morro da Penitenciária.

A comunidade do Morro da Penitenciária é composta por famílias migrantes provenientes principalmente da região do Planalto Serrano e Oeste Catarinense. Grande parte destas famílias vivia no campo tendo a agricultura como fonte de subsistência, este processo de abandono do campo ocorreu (e ainda ocorre) devido a política agrária insuficiente dos governos, o agricultor, sem incentivo, se vê obrigado a mudar para a cidade buscando sua sobrevivência e de sua família. Milhares de pessoas deslocaram-se para a capital do estado em busca de melhores condições de vida. Essas pessoas chegavam aqui sem perspectiva de um lugar para morar e assim foram se instalando nas encostas dos morros, construindo pequenos barracos, sem infra-estrutura, assim se desdobrou o processo de ocupação do Morro da Penitenciária. Nesta comunidade, fatores como educação, moradia, emprego e saneamento básico são precários. Com pouca qualificação profissional, os migrantes tornaram-se desempregados ou subempregados.

A Casa da Criança surgiu a partir da necessidade dos moradores de intervirem na realidade dos seus filhos. A instituição atua de modo a intervir nesta realidade, as atividades realizadas procuram suprir o acesso a bens e serviços que os pais dessas crianças tem muita dificuldade em acessar.

2.1.1 O Serviço Social na instituição

As ONGs tem se caracterizado na atualidade como um espaço crescente de atuação do profissional de serviço social, conforme afirma Yazbek

Nessas organizações, há um conjunto diversificado de programas que constitui campo de trabalho para o Assistente Social, como ações de enfrentamento à pobreza, de atendimento sócio-educativo à criança e ao adolescente, à família [...]. É inserido nesse contexto, desafiado pelas mudanças em andamento, convivendo cotidianamente com a violência da pobreza e com as incontáveis faces da exclusão social, que o Assistente Social brasileiro trava o embate a que se propõe: o de construir um projeto ético-político na direção de uma sociabilidade mais justa, mais igualitária, onde direitos sociais sejam observados (2006:21).

E ainda é exigido do profissional capacidades teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas para atuar nesta realidade. O serviço social da Casa da Criança procura desenvolver essas capacidades potencializando as ações no enfrentamento as expressões da questão social inseridas em seu cotidiano de trabalho. Para entender esse processo é necessário a explanação da profissão na realidade da instituição.

O Serviço Social na instituição divide espaço com o setor administrativo da Casa da Criança, não possui espaço próprio. É formado por uma profissional, e três estagiárias que cursam Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina. O processo de trabalho da assistente social têm

ações voltadas para a gestão estratégica institucional, sustentabilidade, políticas públicas na área da infância e assistência aos participantes e seus familiares.

No cotidiano de trabalho a profissional de serviço social exerce atividades de planejamento, coordenação e execução de ações de gestão; realiza reuniões sobre gestão e captação de recursos; desenvolve planos de gestão, planos de desenvolvimento institucional e planejamento estratégico; elabora relatórios institucionais; produz relatórios sociais (levantando as ações dos projetos); auxilia no processo de desenvolvimento de políticas públicas municipais (por meio de participação nas reuniões nos Conselhos Municipais); elabora, apresenta e executa propostas para estabelecer novas parcerias; elabora projetos que visam a captação de recursos financeiros; estabelece contato com pessoas, universidades, financiadores entre outros; presta orientação social às crianças, adolescentes e suas famílias (identificando recursos para o atendimento na defesa de direitos); acompanha as crianças e adolescentes participantes da instituição em seu desenvolvimento social (acionando, quando necessário, profissionais das mais diversas áreas de atuação que auxiliam o participante a superar as dificuldades) mantêm contato com a comunidade (por meio de encontros educacionais); realiza estudos socioeconômicos e pareceres sociais; acompanha crianças, adolescentes e famílias atendidas por programas como Sentinela, PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Bolsa Família, etc.; elabora, coordena e executa projetos sócio-assistenciais; zela pelo bom funcionamento e organização do ambiente de trabalho e participa de seminários e eventos de capacitação profissional.

O profissional de Serviço Social apresenta-se como socialmente necessário na instituição, pois desenvolve atividades que vão desde captação de recursos financeiros, materiais e culturais, (primordiais para o pleno desenvolvimento dos participantes) até promoção de atendimento assistencial aos participantes e seus familiares (buscando a consolidação de seus direitos sociais). E ainda atua na busca por uma sociedade mais justa participando das reuniões do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e Assistência Social, nos quais são viabilizadas políticas públicas que beneficiarão todo o município.

O Serviço Social da Casa da Criança também atua de modo a otimizar os serviços oferecidos aos participantes, realiza levantamentos internos para investigar, por exemplo, a participação dos familiares nas reuniões, a evasão de crianças e adolescentes em determinado ano, etc.

Neste sentido foram realizados os levantamentos que indicaram a evasão de um número maior de adolescentes em comparação a crianças (no ano de 2008).

O próximo item apontará dados mais precisos deste levantamento, bem como a pesquisa criada para identificar as possíveis causas de desistências dos adolescentes participantes do projeto.

2.2 Metodologia da pesquisa

A idéia de realizar a pesquisa em questão surgiu com o levantamento realizado por duas estagiárias de serviço social da Casa da Criança. Este levantamento teve por finalidade identificar o número de crianças e adolescentes que evadiram da instituição no ano de 2008. Foram analisadas as

listas de crianças e adolescentes que freqüentavam a instituição no ano de 2008 e que não renovaram matrícula em 2009. Depois deste levantamento as crianças foram separadas dos adolescentes e percebeu-se que o número de adolescentes desistentes era muito superior, 33 desistiram, contrapondo-se ao número de crianças, que foram 12. O número de adolescentes que desistiram foi quase três vezes maior que o número de crianças.

Com o fim do levantamento percebeu-se a necessidade de investigar a causa da desistência desses adolescentes. Assim definiu-se o presente objeto de pesquisa, que busca desvelar os motivos que levaram estes adolescentes à deixarem o projeto. Levou-se em consideração nesta pesquisa o período de adolescência estabelecido no ECA, que diz: *“Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade (1990, Art. 2º)”*.

O primeiro passo foi a produção do questionário e posteriormente foram pesquisados na instituição os contatos dos egressos (adolescentes que saíram da instituição no ano de 2008), este momento da pesquisa foi complicado dado o número de famílias que não possuíam telefones; outras que o número havia mudado e outras que haviam mudado de moradia.

O primeiro contato era com os pais para que se explicasse sobre o teor da pesquisa e seu caráter anônimo, com a autorização dos pais o próximo passo foi entrar em contato com os próprios adolescentes para saber se estes participariam. No contato com os adolescentes era explicado a metodologia e finalidade da pesquisa, todos os adolescentes abordados aceitaram participar.

Havia algo em comum entre estes adolescentes, todos estudavam na Escola de Educação Básica Hilda Theodoro Vieira, localizada na Rua Lauro Linhares, no bairro Trindade. Sendo assim, o local de encontro entre pesquisador e pesquisados foi a escola.

Com a permissão da diretoria da escola, e o horário devidamente acertado com os pesquisados (que era o horário de intervalo das aulas) a pesquisa teve início. Nos encontros com os adolescentes foi explicado novamente sobre o teor da pesquisa e suas finalidades e assim refletiam mais uma vez se participariam. Os questionários foram entregues e recolhidos em uma mesma semana, todos os adolescentes participantes da pesquisa entregaram. Os adolescentes não tiveram seus nomes expostos nos questionários, a pesquisa tem caráter anônimo sendo a primazia a opinião dos participantes. A idade dos participantes varia de 12 a 16 anos. Obteve-se no total oito questionários respondidos: três pelo sexo masculino e cinco pelo sexo feminino. Os depoimentos dos adolescentes serão separados por sexo a seguir (com a finalidade de verificar diferenças – ou não – nos depoimentos do sexo masculino e do sexo feminino).

Os adolescentes do sexo masculino possuem idade entre 14 e 16 anos. Serão identificados com nomes fictícios, sendo eles: Thiago (14 anos de idade, 4 meses de permanência na instituição), Gabriel (15 anos de idade, 2 anos de permanência na instituição) e Renato (16 anos de idade, dois anos e meio de permanência na instituição). As adolescentes participantes possuem idade entre 12 e 16 anos, serão identificadas na pesquisa com os seguintes nomes: Juliana (12 anos de idade, 2 anos de permanência na instituição), Sofia (12 anos de idade, 3 anos de permanência na instituição), Vanessa (14 anos de

idade, 3 meses de permanência na instituição), Rafaela (14 anos de idade, 2 anos de permanência na instituição) e Camila (16 anos de idade, 7 anos de permanência na instituição).

2.2.1 Pesquisa para identificar os motivos de evasão dos adolescentes

O questionário aplicado possuía questões abertas. A primeira pergunta do questionário era *“Qual o motivo de sua saída da Casa da Criança?”*. Esta questão foi elaborada com a finalidade de descobrir o motivo pontual pelo qual os adolescentes saíram da instituição para que, se possível, seja estabelecido motivos em comum entre eles, dessa forma pode-se estabelecer as causas mais recorrentes de evasão entre os pesquisados.

O adolescente Thiago respondeu: *“Eu não queria mais ir”*. O adolescente Gabriel disse: *“Saí da Casa da Criança porque comecei a trabalhar como Jovem Aprendiz no período da tarde”*. O adolescente Renato respondeu: *“Porque eu não queria ficar mais”*.

A adolescente Juliana respondeu: *“Porque não estava gostando mais. Muita confusão e desrespeito”*. A adolescente Sofia disse: *“Muita ‘incomodação’ e desrespeito”*. A participante Vanessa respondeu: *“Nenhum, saí porque quis”*. A adolescente Rafaela disse: *“Minha mãe me tirou da Casa da Criança por um motivo: de escolhas de crianças”*. A adolescente Camila afirmou: *“Porque eu tinha que ajudar em casa”*.

Nesta questão as respostas foram significativamente diversas, mas três adolescentes responderam da mesma forma (Thiago, Renato e Vanessa), disseram que *“não queriam mais”*. Pode-se observar que foi uma escolha deles

mesmos, simplesmente não tinham mais motivação para freqüentar a instituição e deixaram de ir sem nenhuma causa evidente.

Outras duas adolescentes (Juliana e Sofia) saíram por vontade própria e com uma motivação em comum: o que elas chamaram de “desrespeito”. Não é possível “personificar” ou “objetivar” o que seria este “desrespeito”, mas as próximas questões da pesquisa poderão aclarar esta insatisfação.

Duas adolescentes saíram da instituição por determinação dos pais: Rafaela e Camila. Rafaela disse “Minha mãe me tirou...”. A adolescente não saiu por vontade própria, mas por causa da imposição da mãe. Camila saiu porque precisava “ajudar em casa”, não discorreu claramente sobre esta questão (se por afazeres domésticos, cuidar de irmãos menores, etc.), mas é fato que também não saiu por própria decisão.

Um adolescente (Gabriel) respondeu que saiu por causa do ingresso no mundo do trabalho, pode-se observar que a motivação advém da necessidade de trabalho, a Casa da Criança encaminha adolescentes com mais de 14 anos de idade a programas de iniciação ao trabalho, um deles é o Jovem Aprendiz (a assistente social encaminha um ofício ao programa determinado com informações sobre o adolescente, e solicita o encaixe do mesmo nos projetos).

A segunda pergunta questionava: *“Você sentia falta de algumas atividades quando participava da Casa da Criança?” Se sim, quais são?* Esta pergunta teve por objetivo identificar possíveis “frustrações” a despeito das atividades a que não tinham acesso no projeto. O não acesso a atividades ansiadas pode dar uma indicação das diversas causas que incentivaram o adolescente a deixar o projeto.

Thiago respondeu “sim” e disse sentir falta de “Capoeira”. Já Gabriel disse não sentir falta de nada e acrescentou: *“Todas as atividades eram boas e bem elaboradas”*. Renato também não sentia falta de nenhuma atividade.

No caso das adolescentes as respostas não diferem muito. Juliana, Vanessa e Sofia responderam que não sentiam falta de nenhuma atividade. No entanto Rafaela disse sentir falta de “Vôlei”. Camila também sentia falta de algumas atividades *“Eu sentia falta da leitura porque era poucas vezes que a gente lia e das brincadeiras como a da canetinha e caça ao tesouro”*.

Três adolescentes (Thiago, Rafaela e Camila) sentiam falta de alguma atividade, os outros cinco adolescentes se mostraram satisfeitos com as atividades que realizavam na instituição.

A pergunta seguinte é crucial na pesquisa na medida em que se identificará as atividades que os adolescentes não tinham prazer de participar, é necessário buscar os motivos de insatisfação pois estes também podem indicar a motivação da evasão. A terceira questão era: *“Que atividades você não gostava de realizar?”*

Thiago respondeu que não gostava de fazer Tênis. Renato disse não gostar de literatura. Já Gabriel respondeu *“Eu gostava de todas as atividades”*.

As adolescentes demonstraram insatisfação em um maior número de atividades sendo que somente Camila disse gostar de todas: *“Nenhuma, eu gostava de todas que eles pediam, coisas novas e coisas que eu já até conhecia”*. Juliana respondeu que não gostava de fazer canto e literatura. Sofia disse não gostar de tênis, ir à biblioteca e de ter de ficar dentro do refeitório. Vanessa respondeu “Artes Cênicas”. Rafaela respondeu: *“Ir para a biblioteca, ficar no refeitório e assistir filme”*.

Dois adolescentes (Renato e Juliana) concordaram e demonstraram insatisfação a despeito da atividade de “literatura”. Duas adolescentes (Sofia e Rafaela) concordaram em duas atividades, mostraram-se insatisfeitas com as visitas a biblioteca e ao refeitório. Sofia e Thiago concordaram em uma atividade: tênis. E dois adolescentes (Gabriel e Camila) disseram gostar de todas as atividades.

A próxima questão dá aos adolescentes a liberdade de falar sobre outras insatisfações que tinham a despeito da instituição, sendo em relação a metodologia, profissionais, etc. A quarta pergunta era: *“Alguma outra questão não te agradava na Casa da Criança?”*

Todos os adolescentes do sexo masculino responderam “não”.

Rafaela e Camila também responderam “não”, e Camila completou sua resposta: *“Não, porque eu tenho que respeitar as professoras e a Dona Lurdes, a Bia e a Veronice”*. Vanessa respondeu “Artes Plásticas”. Juliana e Sofia responderam “as professoras”.

Cinco adolescentes (Thiago, Gabriel, Renato, Rafaela e Camila) responderam “não”, no entanto é importante colocar que a participante Camila apresentou receio em demonstrar insatisfação (em respeito aos profissionais da Casa da Criança). Duas adolescentes demonstraram insatisfação a despeito dos educadores da instituição (Juliana e Sofia).

A quinta pergunta do questionário tem por finalidade saber se a família incentivava o adolescente na participação do projeto. Esta questão é necessária, pois se tratando de adolescentes (pessoas em desenvolvimento, em processo de formação, como está no ECA em seu Artigo 16) o incentivo

familiar pode ser crucial na permanência ou não do adolescente no projeto. A pergunta era: *“Sua família o incentivava a participar?”*.

Gabriel e Renato responderam afirmativamente e Gabriel completou: *“Sim, mas eu queria trabalhar”*. Thiago respondeu *“Mais ou menos”*.

Juliana, Camila e Vanessa responderam que sim, Camila completou: *“Sim, porque eles queriam que agente aprendesse mais para ter um futuro bom”*. Rafaela e Sofia responderam que não.

Cinco adolescentes (Gabriel, Renato, Juliana, Camila e Vanessa) responderam que as famílias incentivavam na participação do projeto. Duas adolescentes disseram que a família não incentivava a participação (Rafaela e Sofia).

A sexta pergunta procura saber as sugestões que os adolescentes dariam à Casa da Criança. Sendo esta: *“Você possui sugestões para melhorar a forma de trabalho da Casa da Criança?”*.

Thiago respondeu *“Melhorar as aulas”*. Gabriel respondeu: *“Não, eu acho que a forma de trabalho da Casa da Criança é muito boa”*. Renato respondeu somente que não.

Sofia e Rafaela responderam somente “não”. Camila disse “não”, mas assim mesmo fez uma sugestão: *“Não, mas eu quero que eles venham dar atenção para as crianças ou adolescentes e venham ouvir suas opiniões que podem ajudar nas atividades”*. Juliana respondeu somente “sim”, mas não deixou nenhuma sugestão. Vanessa respondeu: *“Sim, não fumar no recreio na frente das crianças.”*

Três adolescentes deixaram suas sugestões para melhorar a forma de trabalho da instituição (Thiago, Camila e Vanessa).

A última pergunta tem por objetivo verificar o que Casa da Criança significou para a vida destes adolescentes, se a mesma teve importância ou não em sua formação humana: *“Você gostaria de deixar algum relato sobre a importância ou não do projeto em sua vida?”*.

Thiago e Renato responderam somente que não. Gabriel respondeu: *“Durante os dois anos que eu participei da Casa da Criança eu aprendi muita coisa, eu fiz informática, curso de desenho, jogava tênis, lia livros na biblioteca...”*

Juliana e Sofia responderam “não”. As demais adolescentes responderam “sim”, no entanto somente Camila e Vanessa deixaram um relato:

“Para mim foi uma experiência muito boa, pois aprendi muita coisa. Sei que tudo que eu aprendi nunca vou esquecer, e nunca vou esquecer também aqueles que me ajudaram e sempre me apoiaram (Camila)”;

“Sim, porque não deixa as crianças ficarem na rua e nem cair no caminho errado (Vanessa)”.

Três adolescentes (Gabriel, Camila e Vanessa) deixaram um relato e identificaram os aspectos de suas vidas que a Casa da Criança ajudou a construir, nas falas de Gabriel e Camila há a concordância sobre a importância do aprendizado adquirido na instituição, Vanessa aponta a instituição como um meio de prevenção a marginalização.

Não foram identificadas características peculiares relacionadas ao gênero.

O próximo item procurará sintetizar estas informações, as aproximações nas falas para que seja possível estabelecer alguns indicadores das possíveis causas de evasão.

2.3 Algumas considerações a respeito da pesquisa

As opiniões dos entrevistados foram consideravelmente diversas, mas foi possível identificar pontos em comum em algumas falas.

Na primeira questão as falas foram divergentes, mas a maior parte dos adolescentes respondeu que deixaram a instituição porque queriam, e uma causa evidente não existe.

Para refletir a esse respeito é importante considerar que o período da adolescência é repleto de mudanças e de inquietações do ser humano, o fato desses adolescentes terem saído da instituição simplesmente porque queriam pode decorrer das mudanças ocorridas nesta época da vida, como ressalta Sousa

Nesta fase, denominada puberdade, ocorrem nas meninas e meninos modificações corporais e psicológicas significativas e definitivas. Na maioria das vezes, sentem-se desorientados com essas mudanças o que faz com que se desorientem também na relação com o meio [...] Essa desorientação é acompanhada de descontentamento, querem mudar, mas não sabem o que e nem como (1996:55).

A própria palavra adolescência caracteriza esse período da vida, ela vem do latim, da palavra *adolescere* que significa “crescer até a maturidade”. É um momento em que a criança não é mais criança e que antecede a fase adulta; é considerado um período crítico por ser um momento de transformações que envolve mudanças profundas na estrutura biológica, psicológica, corporal e social (JORDANO, 2006:45), na definição de Osório, todos esses aspectos devem ser levados em conta para compreender o adolescer:

A adolescência é uma etapa evolutiva peculiar ao ser humano. Nela culmina todo o processo maturativo biopsicossocial do indivíduo. Por isso não podemos compreender a adolescência estudando separadamente os aspectos biológicos, psicológicos, sociais ou culturais. Eles são indissociáveis e é justamente o conjunto de duas características que confere a unidade ao fenômeno da adolescência (apud JORDANO, 2006:45).

Segundo Jordano (2006:46), associa-se a esta fase da vida o processo de aprendizagem que aguça a capacidade crítica do jovem, dando-lhe a capacidade de questionar e levantar hipóteses sobre o universo que o cerca. Estes questionamentos acerca da realidade e o desenvolvimento crítico também podem ser considerados como fatores que influem na tomada de decisão. Os adolescentes da pesquisa que responderam “não queria mais”, podem ter sido incentivados, de alguma forma, por estes questionamentos.

Como foi visto, muitos fatores podem ter influenciado esses adolescentes a deixarem a instituição, vão desde corporais até psicológicos e sociais.

Um adolescente respondeu que saiu da Casa da Criança porque queria trabalhar. Ele saiu da instituição com 14 anos para participar do Programa Jovem Aprendiz. A Constituição Federal permite o trabalho de adolescentes com mais de 14 anos de idade na condição de aprendiz: *“Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (CF, Art. 7)”*.

A objetivação do referido Artigo deu-se pela promulgação da Lei do Aprendiz, estabelecida pela Lei nº 10.097/2000. Foi regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005, que dispõe sobre o trabalho juvenil na condição de aprendiz. O Decreto parte dos seguintes princípios: garantia de acesso e

frequência obrigatória ao ensino fundamental; horário especial para o exercício das atividades e capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho. Esta Lei também obriga empresas de médio a grande porte a realizar a contratação de adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos (dependendo do porte da empresa, os trabalhadores aprendizes devem ocupar de 5% a 15% do quadro de funcionários), sob um contrato especial de trabalho por tempo determinado, de no máximo 2 (dois) anos (Extraído de <http://placardoaprendiz.ning.com>).

Sendo assim, esta lei veio facilitar o ingresso do jovem no mundo do trabalho, permitindo sua formação profissional, sem comprometer os seus estudos e o seu desenvolvimento como pessoa. Alinhado com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei ainda estabelece que, ao aprendiz com idade inferior a dezoito anos, deve ser assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (Extraído de <http://prattein.publier.com.br>).

Dois adolescentes saíram da instituição por imposição dos pais. Apesar disso é importante refletir sobre a forma como os pais encaram os filhos. O ECA preconiza que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos que gozam de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana (Art. 3º), sendo assim são seres sociais adeptos do direito da liberdade, como está no artigo 15 do ECA: *A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.* O direito à liberdade ainda compreende os aspectos: ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários opinar e se expressar.

Crianças e adolescentes são cidadãos e suas opiniões (ressalvadas as restrições legais) devem ser levadas em conta. Muitos pais não encaram os próprios filhos como sujeitos de direitos, como seres sociais portadores destes direitos.

Outra questão procurava saber se os pesquisados sentiam falta de alguma atividade na instituição. A maior parte deles (cinco de um total de oito) disse não sentir falta de nenhuma atividade.

De fato, a Casa da Criança possui um leque diversificado de atividades que contemplam as mais diversas áreas: Arte e Educação, Esporte e Lazer, Prevenção e Saúde, Inclusão Digital e Formação Humana. As atividades possuem caráter educativo, cultural e de entretenimento. As crianças e adolescentes podem escolher as atividades que desejam participar, com algumas ressalvas como as atividades relacionadas ao processo de aprendizagem educacional, como por exemplo, a literatura.

Na pergunta que questionava sobre as atividades que não gostavam de realizar as respostas foram diversificadas, mas algumas se repetiram nas falas. Dois adolescentes não sentiam prazer nas aulas de literatura. Nesta atividade as crianças e adolescentes vão até a biblioteca e realizam leituras, sendo assim outras duas adolescentes que responderam “biblioteca” também se encaixam neste grupo. Estes adolescentes não sentiam satisfação no momento de leitura. Esta falta de prazer na leitura é fator que não atinge somente esses adolescentes, acontece com muitos brasileiros. Estatísticas apontam que o Brasil é um país em que os habitantes não têm o hábito de ler, um brasileiro de idade média lê 1,8 livros não acadêmicos por ano (menos da metade do que se lê nos países desenvolvidos como os EUA) (Extraído do site

www.cultura.rj.gov.br). E esta é uma questão que não é intrínseca ao brasileiro, mas a educação pública oferecida. 87% de crianças de 7 a 14 anos que freqüentam a escola o fazem na rede pública de ensino (IBGE, 2007) isto significa que quase noventa por cento das crianças e adolescentes brasileiros estão inseridos nesta realidade, a realidade de uma educação deficitária, na qual o investimento ainda é insuficiente para mudar este quadro.

O investimento público em educação dispõe de 4,6% do PIB (Produto Interno Bruto), o próprio Ministro da Educação, Fernando Haddad afirma que o ideal seria 6% (Extraído do site www.fomezero.rj.gov.br). No entanto, é necessário a reflexão de que este investimento deve ocorrer integralmente, o investimento por si só não muda a realidade, mas a implementação de políticas públicas eficazes, e este é o grande desafio do Brasil, um país que, historicamente, vêm implementando políticas focalistas que atuam pontualmente e não corroboram para uma verdadeira mudança.

Na pergunta que os questionava sobre outras questões institucionais que não os agradava, dois adolescentes responderam “as professoras”. Este descontentamento pode refletir tanto do fato de o período de vida desses adolescentes serem a indecisa e conturbada adolescência, em que estes questionam o mundo e as pessoas a sua volta (SOUSA, 1996:55). E também pode advir efetivamente da insatisfação em relação a metodologia, ou comportamento dos educadores.

Outra pergunta questionava-os sobre o incentivo familiar. A maior parte (cinco de um total de oito) afirmou que a família incentivava na participação do projeto.

Dos cinco adolescentes que responderam “sim”, quatro saíram da instituição por vontade própria, o que mostra que os pais incentivavam-nos a participar, mas respeitaram a decisão do filho de sair da instituição. Esses pais orientaram, mas também exercitaram a autonomia que os filhos precisam desenvolver nesta fase: *“Para estabelecer autonomia, os adolescentes precisam tornar-se responsáveis por suas próprias decisões e ao mesmo tempo sentir a segurança da orientação dos pais* (LUIZI e FILHO apud CERVENY e BERTHOUD 2002: 92)”. Esta reflexão também dá indícios de que o incentivo não é absolutamente crucial na permanência do adolescente na instituição, mesmo com incentivo, 50% dos adolescentes saíram (por vontade própria), e não estavam na idade limite de permanência na instituição (que é de 17 anos).

Fazendo um paralelo com os motivos de evasão escolar, pode-se perceber que a falta de incentivo dos pais na participação do projeto não é determinante para a permanência ou não destes, o que se coloca em contraponto a um dos fatores extra-escolares de evasão – a falta de incentivo familiar. No entanto, os outros três adolescentes que saíram, e não tinham o incentivo familiar, podem o ter feito decorrente disto, não é a maioria do universo da pesquisa, mas é uma parcela considerável – 37% do total.

Outra questão pediu para que os pesquisados deixassem sugestões para melhorar a metodologia da Casa da Criança. Somente dois opinaram, e uma das sugestões remete a uma reflexão significativa. Uma adolescente sugeriu à instituição ouvir as opiniões das crianças e dos adolescentes para que contribuam nas atividades. Nesta fala a adolescente afirmou a

necessidade da participação e opinião dos participantes no processo pedagógico institucional.

Faz parte da história do Brasil a concepção da criança e do adolescente como sujeitos passivos, sem opinião e expressão, sendo o adulto seu dominador (SOUSA, 1996:37). O antigo “Código de Menores” reiterava isto. Esta concepção da infanto-adolescência mudou somente com a promulgação do ECA, e crianças e adolescentes passaram a ser concebidos na nova lei como sujeitos de direitos, com o direito de expressão garantido.

Segundo Sousa, esta nova concepção ainda não é hegemônica na sociedade brasileira, mas é necessário que se torne e que as crianças e adolescentes tenham voz nas decisões que dizem respeito a elas:

A criança deve ser envolvida nas decisões inerentes ao processo pedagógico e deve também ser ouvida por autoridades e técnicos que formulam políticas para a infância. (...) É imprescindível que as crianças e os adolescentes estejam presentes na discussão sobre o papel do Estado e da sociedade civil e na definição das estratégias de negociação com o governo (1996:41).

Outra adolescente deixou como sugestão à instituição a seguinte afirmação: *“Sim, não fumar no recreio na frente das crianças”*.

Para refletir sobre esta questão, é importante apontar alguns números do tabaco no Brasil e no mundo. No Brasil, o vício no tabaco mantém 30,6 milhões de dependentes, em todo o mundo, são 1,3 bilhão de pessoas dependentes, quase 20% da população mundial. O vício do tabaco gera custos milionários aos cofres públicos brasileiros. Dos anos de 2003 a 2008 o gasto com problemas de saúde advindos do cigarro alçaram a marca impressionante de 100 milhões de reais (Extraído do Site www.conexaoprofessor.rj.gov.br).

Mais do que um problema de saúde, o vício no cigarro tem se mostrado como um problema social, de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde, o tabagismo matou 100 milhões de pessoas no século XX, a estimativa é de que no século XXI chegue a 1 bilhão de pessoas (Extraído do Site www.conexaoprofessor.rj.gov.br).

E este é um problema que ameaça principalmente, a juventude. Andreis afirma que a fase mais comum de iniciação do cigarro é a adolescência:

As fases de experimentação e de vivência de novas emoções, com as angústias e incertezas desta etapa, trazem sim o risco da busca de satisfação através das drogas. Não é à toa que a maior parte dos fumantes tenha iniciado o tabagismo na adolescência(Extraído do site www.conexaoprofessor.rj.gov.br).

Segundo informações do site Conexão Professor, a curiosidade e a imitação fazem com que crianças e adolescentes tenham vontade de experimentar a droga. E para evitar essa iniciação, o professor, fumante ou não, pode ser um grande aliado na prevenção do vício de tabagismo, pode informar os alunos sobre os diversos problemas que o cigarro causa e as formas de se prevenir deste vício.

A última questão perguntava sobre a importância ou não do projeto na vida dos pesquisados. Dois deles consideraram o aprendizado como o fator mais significativo do projeto em suas vidas. Outra adolescente relatou como fator importante a prevenção à marginalização.

Como foi visto anteriormente, os adolescentes que não se resignam a condição de pobreza e frustram-se diante da realidade, comumente constroem uma carreira de delinqüência. Projetos sociais como a Casa da Criança, que estão inseridos em comunidades de vulnerabilidade social, tem como objetivo a

inserção social de crianças e adolescentes, de forma a impedir esta frustração e, conseqüentemente, a marginalização.

A Casa da Criança surgiu da busca da comunidade do Morro da Penitenciária por um lugar onde as crianças pudessem aprender e ao mesmo tempo estarem longe da marginalidade que há no morro, onde o tempo ocioso oposto ao da escola pudesse ser preenchido.

A comunidade apercebeu-se da necessidade de preservação da vida de suas crianças e adolescentes, os moradores do Morro da Penitenciária reconheceram seus filhos como a *absoluta prioridade* (Art. 3 ECA), e isto na década de oitenta, anos antes da lei que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente ser promulgada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A idéia de construir esta pesquisa surgiu diante da percepção de que o número de adolescentes desistentes do projeto no ano de 2008 era consideravelmente maior em relação ao número de crianças. De um universo de 45 crianças e adolescentes desistentes, 73% eram adolescentes e 27% crianças.

A realização da pesquisa tinha por finalidade identificar a motivação, ou motivações, que propiciaram esta evasão. O objetivo deste processo investigativo era apontar algumas questões abordadas pelos pesquisados que poderão tornar-se subsídio de uma reflexão entre os gestores e educadores da Casa da Criança.

Diante dos dados obtidos tanto nas falas dos pesquisados, nas bibliografias e até em meu cotidiano, identifiquei como uma questão a ser superada não somente no campo educacional, mas em toda a sociedade, a visão da criança e do adolescente como um ser limitado, um ser cujas opiniões não têm a mesma validade que as de um adulto.

É necessário considerar que, mesmo estando em processo de formação, crianças e adolescentes são sujeito sociais e refletem sobre a realidade em que vivem: *“Cada individuo vai construindo uma consciência capaz de refletir capaz de pensar, capaz de apreender e, sobretudo, de produzir idéias, respostas aos graves problemas da realidade (SOUSA, 1996: 61)”*. Sendo assim, podem contribuir na construção de metodologias e atividades referentes a eles mesmos. Considero que a participação destes nos processos construtivos e decisórios somente contribuirá para o sucesso do que se é planejado.

A despeito disto, deixo como sugestão à instituição a aplicação de questionários às crianças e adolescentes para que esses façam uma avaliação das atividades que participam, bem como sugestionem atividades que gostariam que fossem oferecidas pela Casa da Criança. Também considero que seria interessante a participação desses em reuniões com a equipe pedagógica (poderia ocorrer com representantes das crianças e adolescentes), pois poderiam contribuir diretamente na construção de novas formas de trabalho, poderiam ser consultados imediatamente sobre determinado assunto discutido.

Acredito que esta participação, além de democratizar ainda mais as informações referentes aos participantes, acrescentará à instituição resultados mais efetivos no que diz respeito às atividades oferecidas.

Em se falando objetivamente dos adolescentes, que eram o alvo da pesquisa, tem-se um desafio um tanto mais complexo. Como exposto anteriormente, a adolescência é um período conturbado da vida, mas com um processo peculiar:

Nesta fase registra-se geralmente um período de intranqüilidade que é difícil de avaliar: na maioria dos casos, trata-se de um sintoma normal de um processo de maturação, levando a um autoconhecimento mais profundo. O indivíduo começa a conhecer a si próprio (PEREIRA, 1996:54).

O indivíduo desenvolve o auto-conhecimento, e este auto-conhecimento pode mudar sua relação com o mundo e com as pessoas que os cercam. Esta nova relação que desencadeia as peculiaridades desta época da vida.

Segundo Sousa (1996: 40), a sociedade atual tende a conceber esta fase com negatividade. Por isso há a necessidade das pessoas que trabalham com adolescentes apreenderem este processo, entenderem sua complexidade. O reconhecimento desta fase em sua plenitude mostra-se como o grande desafio aos profissionais que trabalham com esta população, a compreensão deste período da vida é necessária para superar esta concepção negativa e também desenvolver formas de trabalho atraentes a esta população.

A concepção negativa pode levar os educadores que atuam com adolescentes a os estigmatizarem, e este estigma pode ser um fator de evasão – conforme os fatores de evasão escolar apontados no presente trabalho. Daí a importância dos profissionais que atuam com esta população romper com este estigma social.

Destacando acerca do rendimento intelectual deficitário que advém da alimentação (também apontado no decorrer do trabalho como motivo de evasão escolar), é necessário discorrer que este fator não condiz com a realidade das crianças e adolescentes que freqüentam a Casa da Criança, pois estes recebem alimentação balanceada, - são cinco refeições por período,

indicadas por nutricionistas - além de receberem doações da instituição de alimentos cedidos por empresários do ramo alimentício.

Podemos concluir que um dos principais fatores de evasão de adolescentes na instituição é permeado (além das insatisfações em algumas atividades oferecidas) pelas incertezas e ambigüidades do período adolescente; mas como apontado anteriormente, põe-se a necessidade de educadores e gestores da instituição trabalharem na decifração desta etapa da vida, e isto pode se dar pela maior participação destes nos processos pedagógicos. Participando, as crianças e adolescentes sentirão ainda mais que fazem parte deste projeto, pois estarão ajudando a construí-lo.

REFERÊNCIAS

ANDREIS, Mônica. **Como impedir o tabagismo na adolescência?** Extraído do site www.conexao professor.rj.gov.br. Acesso realizado em 05/11/2009.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. 1988.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. 1990.

_____. **Investimento em educação cresce e já é o maior registrado na história**. Brasília: MEC, 15/04/2009. Extraído de www.fomezero.gov.br.

CARRION, Rosinha Machado. Organizações privadas sem fins lucrativos - a participação do mercado no terceiro setor. In **Revista Tempo Social**. São Paulo: USP, Novembro de 2000.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin; CASSAB, Clarisse. Jovens e oportunidades: a desnaturalização da cidade desigual. In **Revista Serviço Social e Sociedade**. No XXVI, nº 83. Ed. Cortez, setembro 2005.

CHAVES, Antonio. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. 2ª Ed. São Paulo: LTr, 1997.

CONEXÃO PROFESSOR. **O mal do fumo na escola – o professor como exemplo.** Extraído do site www.conexaoprofessor.rj.gov.br. Acesso realizado em 05/11/2009.

CORREIO DO POVO. **Brasileiro lê 1,8 livro ao ano.** Extraído de www.cultura.gov.br. RS: Correio do Povo. 16/01/2008.

COSTA, Ana Paula Motta. Adolescência, violência e sociedade punitiva. In **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº XXVI, nº 83. Ed. Cortez, setembro 2005.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

GEREMIAS, Rosicléia. **Trajetória de vida dos egressos da casa da criança do morro da penitenciária de 1988 a 1999.** Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC, Julho de 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no Capitalismo. In **Revista Temporalis**. Ano II. Nº 3, 2ª Ed. ABEPSS, 2004.

Infância e Juventude. Extraído do site http://www.mp.rj.gov.br/portal/page/portal/Internet/Areas_de_Atualizacao/Infancia_e_Juventude_oculta. Acesso realizado em 12/12/09.

JORDANO, Juliana. **Relacionamento familiar e adolescência: a experiência de estágio no Centro de Referência em Saúde dos Adolescentes.** Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC, 2006.

MARTINS, Daniele Comin. **Estatuto da Criança e do Adolescente & Política de Atendimento.** Curitiba: Juruá, 2003.

LUIZI, Liz Veronica Vercillo; CANGELLI FILHO, Raphael. Família em fase adolescente. In BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper; CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. **Visitando a família ao longo do ciclo vital.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. A maternidade na adolescência e a (des) proteção social. In **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº XXVI, nº 83. Ed. Cortez, setembro 2005.

NETO, Wanderlino Nogueira. Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. In **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº XXVI, nº 83. Ed. Cortez, setembro 2005.

PADUANI, Ana Maria Daldegan. **Grupo Geração de Renda e Gênero: uma alternativa de auto-sustentação**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC, Julho de 2000.

PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

PLACAR DO APRENDIZ. **Lei do Aprendiz**. Extraído de <http://placardoaprendiz.ning.com>. Acesso realizado em 20/11/2009.

PRATTEIN PUBLIER. **Lei do Aprendiz**. Extraído de <http://prattein.publier.com.br>. Acesso realizado em 20/11/2009.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar**. Extraído de www.anped.org.br/reunioes. Acesso realizado em 20/11/2009.

SANTOS, Vera Núbia. Terceiro Setor no Serviço Social brasileiro: aproximações ao debate. In **Revista Serviço Social e Sociedade**, Ano XXVII, Nº 91. Ed. Cortez, setembro 2002.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: descontinuidades e continuidades. In **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº XXVI, nº 83. Ed. Cortez, setembro 2005.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUSA, Sônia M. Gomes. **Sociedade Cidadão 2000: pelos direitos da criança e do adolescente**. Goiânia: FUMDEC, 1996.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel C. M. ONGS NO Brasil: elementos para uma narrativa política. In **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Vol. 16, nº 1. Porto Alegre, Ed. IFCH, jan/jun 1993.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. A atuação das organizações não governamentais: entre o estado e o conjunto da sociedade. In DAGNINO, Evelina (org). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Temas de direito da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1997.

VOIGT, Léo. Elementos introdutórios sobre o Terceiro Setor no Brasil. In **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Vol. 16, nº 1. Porto Alegre: IFCH, jan/jun 1993.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In **Revista Temporalis**. Ano II. Nº 3, 2ª Ed. ABEPSS, 2004.